



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

**PRÁTICAS INSURGENTES, EDUCAÇÃO E A QUESTÃO CIGANA NO SERTÃO
PARAIBANO: Relatos da parceria entre a Associação Comunitária dos Ciganos de Condado e
a Assessoria Jurídica Universitária Popular Hangrén**

Katiano Renato Alves de Medeiros Junior

renatomedeirosjunior@gmail.com

Faculdades Integradas de Patos

Brasil

Phillipe Cupertino Salloum E Silva

phillipecupertino@gmail.com

Faculdades Integradas de Patos

Brasil



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

RESUMO

O presente estudo, ao analisar a questão cigana e a experiência do projeto de extensão das Faculdades Integradas de Patos na comunidade calon do município de Condado-PB, intenciona pensar a função do direito e do Estado na opressão aos povos ciganos. Levam-se em consideração os limites do modelo de cidadania liberal e, ao mesmo tempo, o caráter estratégico dos Direitos Humanos. Desse modo, objetiva-se refletir sobre a essência do direito e a crítica aos Direitos Humanos em vista da socialização de um episódio na escola estadual envolvendo intolerância. A omissão do direito burguês em face da questão cigana é inerente à existência do paradigma do Estado liberal, que é regido com foco nas relações individuais de natureza patrimonialista e do protagonismo do mercado. A condição subalternizada imposta aos povos ciganos não é imutável, contudo, foi resultado de um longo processo de perseguição, criminalização e exclusão que resistiu ao Iluminismo e as revoluções liberais. Numa sociedade que é incapaz de envolver e incluir as comunidades ciganas, assim como outros povos e comunidades tradicionais, o alcance da emancipação humana torna-se cada vez mais distante.

Palavras-chave

Povos ciganos. Cidadania. Assessoria Universitária Jurídica Popular.

ABSTRACT

The present study, when analyzing the gypsy question and the experience of the extension project of the Faculdades Integradas de Patos in the calon community of Condado-PB, intends to think about the role of law and the State in the oppression of the gypsy people. The limits of the model of liberal citizenship and, at the same time, the strategic character of Human Rights are taken into account. Thus, it aims to reflect on the essence of law and criticism of Human Rights in view of the socialization of an episode in the state school involving intolerance. The omission of bourgeois right in the face of the gypsy question is inherent in the existence of the paradigm of the liberal state, which is governed with a focus on individual relationships of a patrimonial nature and market protagonism. The subalternized condition imposed on the gypsy people is not unchanging, however, it was the result of a long process of persecution, criminalization and exclusion that resisted the Enlightenment and the liberal revolutions. In a society that is incapable of involving and including gypsy communities, like other traditional peoples and communities, the reach of human emancipation becomes even more distant.

Keywords

Gypsy people. Citizenship. Popular Legal University Advisory.



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

I. Introdução

O projeto de extensão “Assessoria Jurídica Popular, Direitos Humanos e Comunidades Tradicionais” (AJUP Hangrén), fundado em 2013 e vinculado ao curso de bacharelado em Direito das Faculdades Integradas de Patos (FIP), tem como objetivo estabelecer um contato horizontal e dialógico entre os estudantes extensionistas e a comunidade calon de Condado-PB. Sendo composto por estudantes de graduação, a AJUP Hangrén busca pautar-se mediante dos ensinamentos de educação popular, de maneira que estes se estabeleçam na condição de educandos e educadores, de modo a ensaiar um novo modelo de sociedade direcionada para a emancipação humana.

O presente artigo consiste em um breve relato das experiências ocorridas entre representantes da “Associação Comunitária dos Ciganos de Condado” (ASCOCIC), discentes e docentes da “Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Dr. Trajano Pires da Nóbrega” e componentes da AJUP Hangrén. O racismo é identificado como um entrave ao desenvolvimento pleno da cidadania por parte da comunidade calon do município de Condado e ambiente escolar inevitavelmente insere-se neste contexto.

Ao se analisar a atuação dos mecanismos institucionais que (re)formam a educação formal, procura-se refletir acerca da formação do pensamento que buscar superar a visão de mundo construída a partir de uma ideia de sociedade pautada na dicotomia Nós/os Outros. Busca-se refletir a importância de políticas sociais educacionais que se pautem em valores como a diversidade, solidariedade e na tolerância às diferenças.

O presente estudo é dividido em quatro tópicos. São expostas considerações preliminares acerca do processo de desenvolvimento do capitalismo, em relação à formação histórica dos povos ciganos no Brasil, assim como é descrito a conjuntura política que permitiu a aproximação entre a comunidade cigana de Condado e a AJUP Hangrén. Em seguida, procura-se refletir sobre a evolução da Escola enquanto instituição social e a situação das comunidades ciganas frente a ela, sendo narrado, por fim, um episódio de racismo enfrentado pelos ciganos de Condado que impulsionou a escrita do presente trabalho.



XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

II. O *Modus Operandi* do Estado liberal no capitalismo

No capitalismo, as forças produtivas, entendidas como forças sociais, situam-se em uma constante interação dialética. O processo de desenvolvimento do capitalismo modifica e recria todas e quaisquer formas com as quais entra contato. As classes dominantes não podem existir sem revolucionar continuamente os instrumentos de produção e as relações de produção, ou seja, todo o conjunto das relações sociais. Forças produtivas básicas, tais como o capital, a força de trabalho, a tecnologia, etc., se dispõe sempre em contínua junção, desenvolvendo-se de forma intensiva e extensiva, desprezando barreiras materiais e culturais (Mészáros, 1995/2012), aquelas formadas por demarcações de terra e distâncias entre territórios e estas por diferentes percepções de uma mesma realidade – assim como também as materializações advindas dessas distintas óticas ideológicas.

Dentro dessa lógica operacional, a grande totalidade das nações espalhadas pelo globo têm circunscrito em sua história um profundo processo de exclusão e segregação de determinadas minorias políticas, frequentemente separados em razão de diferenças étnicas, raciais, sexuais ou ideológicas. Esses indivíduos são excluídos dos processos de socialização e postos à margem das forças de mercado e, dessa forma, excluídos das formas de contato e de operacionalização que gozariam caso não fossem taxados como os Outros.

Nessa lógica, é possível afirmar que os povos ciganos, na condição de seres humanos e brasileiros, são juridicamente reconhecidos como iguais pelas instituições positivas. Por outro lado, a ideia de *status* [grifo dos autores] social, marca distintiva de classe e a medida da desigualdade . . . se contrapõe ao princípio da igualdade social consagrado nos dias atuais. . . . Ocorre que a igualdade formal, como princípio moral-estatutário norteador da cidadania nos dias de hoje prevista na Constituição Federal de 1988, não anula as desigualdades e a divisão da sociedade em classes em que um indivíduo pode ser economicamente desigual e juridicamente nivelado. (Silva & Guimarães, 2016, p. 4)

A cadeia operacional de exclusões e opressões é inerente à existência do Estado liberal, pois este reforça a manutenção de um *status quo* de ordem, perpetuando uma ideia conservadora de mundo que não tem como proposta a extinção das desigualdades sociais – e sim o oposto. Com as revoluções liberais, o velho passa a ser travestido de moderno, contudo, sem superar alguns valores associados ao



XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

passado e que contribuem para a manutenção de certos privilégios.

III. A Questão Cigana no Brasil

O mais antigo documento sobre a entrada de ciganos no Brasil é um alvará de D. Sebastião, de 1574, comutando em deportação para terras brasileiras o cigano português João Torres, sua esposa Angelina e os filhos do casal. A partir desse fato, deu-se início do processo de migração forçada dos ciganos para diferentes regiões do país entre os séculos XVI e XIX (Mota, 2015).

Durante o período que compreendeu a República Velha, nos primeiros anos do século XX, o crescimento das teorias culturalistas e sanitaristas no campo científico acabam por demarcar as bases para um novo banimento dos ciganos, em que estes passam a esconder seu pertencimento étnico, pois vigorava o medo de perder parte de sua clientela das vendas feitas na estrada ou a expulsão de locais que seriam bem acolhidos caso omitissem suas origens. Com a procura de uma identidade nacional e a romantização folclórica das raças brancas, negras e indígenas, os ciganos são invisibilizados do processo de definição da identidade brasileira e empurrados para as áreas pauperizadas que se formavam nas metrópoles ou para o nomadismo (Melo, 2015).

A República Nova foi preenchida pelo sentimento nacionalista, que buscava todos os meios para consolidar o Brasil enquanto Estado-Nação. Com os prenúncios da Segunda Grande Guerra Mundial e a escalada dos regimes totalitários e nazifascistas, responsáveis pela morte de mais de quinhentos mil ciganos na Europa entre os anos de 1936 e 1945, assumir a identidade cigana era um grande risco na época. Já durante o regime militar (1964-1985), ser cigano no Brasil era estar associado “ao anarquismo e a um *“povo de vida sem regras”* [grifo do autor]. Pelo senso de pertencimento étnico e estarem as famílias juntas e em comunhão de bens para sobrevivência, facilmente foram tidos como comunistas, uma ameaça ao regime” (Melo, 2015, p. 30).

Quando se insiste em classificar “os outros, acabamos incorporando-os ou subordinando-os aos nossos próprios sistemas de representações coletivas”, pois inevitavelmente, “toda classificação



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

implica uma ordem hierárquica, por meio de conceitos que também sofrem uma hierarquização” (Goldfarb, 2013, p. 62). As representações coletivas são materializadas no imaginário social através de estereótipos, emblemas e categorias. Há uma manutenção no que se entende por sociedade moderna das representações dualista do mundo. De um lado, Nós, os bons e os heróis. No polo oposto, os Outros, os maus e os anti-heróis.

Essa leitura remete à uma meta-realidade que se encontra presa num modo de representação paradoxal, ou seja, transmite tanto imutabilidade como também desarranjo. Todavia, os signos estereotipados não são uma mera simplificação da realidade porque é, em verdade, uma forma apreendida, inamovível, “de representação que, ao negar o jogo da diferença (que a negação através do Outro permite), constitui um problema para a representação [grifo do autor] do sujeito em significações de relações psíquicas e sociais” (Bhabba, 1994/1998, p. 117). Ou seja, o estereótipo, como principal estratégia discursiva para deslegitimar os corpos subalternizados, oscila entre algo que é estático – e portanto, inquestionável – e algo que requer repetidas reafirmações para comprovar a narrativa adotada. E essa ambiguidade é a responsável por garantir a validade dos estereótipos, emblemas e categorias coloniais, assegurando o efeito de repetibilidade no discurso; as diversas táticas de subalternização e marginalização; e excessiva predictabilidade que rodeia os processos de subjetivação possibilitados por essas impressões.

IV. Em Busca de Espaços

Dentre os vários elementos associados aos povos ciganos, destaca-se no imaginário social a ideia que se trata de pessoas que “vem de fora” ou que “não possuem um endereço fixo” (Goldfarb, 2013). A dificuldade de identificar tais povos como brasileiro, paraibano ou sertanejo, por exemplo, representa um dos impasses elementares no que tange a possibilidade de estes serem reconhecidos como sujeitos de direitos, e não apenas de obrigações e deveres. “Trata-se de um grupo populacional relevante no Brasil, em torno de meio milhão de pessoas, 291 acampamentos, localizados em 21 estados e pelo menos três etnias – calons, roms e sinti” (Silva & Guimarães, 2016).



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

Diante da problemática em questão, o Estado é omissivo e a sociedade se mostra indiferente. O multiculturalismo que ascendeu no sistema capitalista como parte do seu mecanismo de reinvenção, demanda a existência da pluralidade em suas instituições. Todavia, ao contrário de outros grupos minoritários (indígenas e quilombolas) que, atualmente, arrecadam mais atenção dos corpos políticos aparelhados, quando se pensa em povos ciganos, é praticamente nula a possibilidade de estes serem reconhecidos como vítimas de racismo ou sujeitos que necessitam de políticas afirmativas. “Tal fato aponta um dado importante, porque apesar do país ter passado por mudanças ocorridas no cenário brasileiro contemporâneo, os grupos aceitos como ‘originários’ foram os que obtiveram mais demandas por políticas públicas de inserção” (Nascimento, 2016, p. 2). A ASCOCIC atua como representante da causa cigana em reuniões institucionais articuladas com os poderes públicos, especialmente por meio de pastas que envolvem os direitos das mulheres, diversidade humana, cultura e igualdade racial, numa tentativa de modificar essa situação.

No dia 29 de março de 2017, foi realizada uma audiência pública, convocada pelo Ministério Público Federal, com o objetivo de discutir com os entes da federação (município, estado e união) ações concretas para promover a proteção e inclusão dos povos ciganos da região. Esta audiência, em si, foi extremamente importante para a luta cigana só pelo fato de permitir que diversas pessoas calons e calins, historicamente silenciados e ainda estigmatizados, pudessem expressar suas demandas, tais como o direito à fala, de serem vistos como cidadãos brasileiros e sujeito de direitos, e não apenas de deveres e destinatário do sistema penal.

Contudo, a atuação do Ministério Público Federal é limitada, tendo em vista que os compromissos celebrados pelas autoridades políticas presentes (representantes do município, estado ou governo federal) não são de natureza vinculativa. Constituem, na verdade, promessas políticas celebradas em face da conveniência do momento, por se tratar de uma audiência pública. Durante esse espaço, com forte presença feminina e de jovens, foram levantadas pautas, sobretudo, voltadas para a sobrevivência digna dos seus ranchos. As principais reivindicações se concentraram na questão da moradia, ou seja, acesso às políticas públicas de subsídio à aquisição da casa própria, e na busca por oportunidades de trabalho.



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

Percebe-se, assim, que as pautas levantadas pela maioria dos povos calons não traziam em si questões diretamente relacionadas a condição identitária e de povos tradicionais, mas que tinha caráter de subsistência. Contudo, este aspecto foi apresentado na audiência na forma de denúncia contruída pela AJUP, que relatou mediante a exposição de um dossiê situações de racismo e intolerância vivenciadas pelos jovens ciganos em contextos de interação social com os demais moradores do município de Condado. Nota-se, inclusive, a absoluta falta de empatia dos organismos deste município em face da realidade dos ciganos.

Os povos tradicionais da etnia cigana calon de Condado, que é acompanhado pela AJUP, representam um grupo populacional numericamente pequeno no município que habitam, pouco relevante nas disputas políticas eleitorais. Logo, a adoção de uma política concreta e permanente, que leve em consideração as particularidades dos Povos Tradicionais e busque a sua inclusão, depende da existência de dirigentes e administradores que incluam tal questão como parte indispensável da agenda política das gestões municipais, estaduais e federais.

É possível afirmar que indiferença do gestor público do município de Condado em face da pauta dos povos tradicionais ficou evidente durante a audiência realizada no dia 29 de março de 2017. Além disso, é perceptível que boa parte dos quadros políticos da burocracia estatal sequer acredita na condição dos ciganos enquanto povos tradicionais e praticamente desconhecem essa questão. No decorrer do ano de 2017, dos mais diversos compromissos assumidos pelos gestores e autoridades presentes, apenas ocorreu a destinação de um terreno para construção de casas populares para os ciganos de Condado, que, por outro lado, não se iniciou as obras.

v. A Luta dos Ciganos de Condado pelo Direito à Educação

As turmas regulares das escolas municipais e estadual do município de Condado representam as principais formas de acesso à educação das crianças e jovens ciganos. Estes são protegidos pela *Resolução nº 3, de 16 de maio de 2012*, do Ministério da Educação que prevê formas especiais de adaptação do acesso à educação dos povos tradicionais que possuem práticas nômades ou de itinerância. Contudo, a AJUP se deparou com o total desconhecimento – quando não desprezo – por



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

parte dos servidores da educação das instituições de ensino do município em relação a dita resolução, especialmente porque os ciganos do local são catalogados como “sedentarizados” e a prática nômade parou de ser entendida como um hábito do grupo (Silva & Guimarães, 2016)¹.

Todavía, a itinerância não deixou de fazer parte do cotidiano dos ciganos de Condado, mesmo que estes tenham se fixado e constituído residência no município. Ocorre que as viagens em busca de trabalho e renda, que atendem aos anseios por sobrevivência, permanecem comuns entre os ciganos, diante da falta de oportunidades na própria região de Condado, que representa mais um ponto de apoio que uma referência espacial fixa para estas pessoas.

As diretrizes para o atendimento de educação escolar para populações em situação de itinerância busca evitar que o modo de vida dessas pessoas comprometa que as crianças e jovens ciganos possam frequentar regularmente uma escola e ter acesso contínuo de aprendizagem, respeitando-se as particularidades dos estudantes em situação de itinerância e adotando um tratamento pedagógico, ético e não-discriminatório (Silva & Guimarães, 2016). Os sistemas de ensino, segundo o art. 10º da Resolução nº 3/2012 do Ministério da Educação, não cabem apenas garantir à matrícula. É fundamental garantir a permanência e, quando for o caso, a conclusão dos estudos aos estudantes em situação de itinerância.

Todavía, apesar das contínuas tentativas de diálogos por parte da liderança e dos pesquisadores que acompanham a comunidade de Condado, os agentes escolares negaram-se a perscrutar medidas que possibilitem integrar o processo de aprendizagem ao modo de vida itinerante destes jovens². Os servidores públicos do município não encaram a resolução como algo essencial à educação daqueles

1 Depara-se com uma das maiores falhas da literatura sobre os povos ciganos, o que acabou por contribuir com aquilo que perfaz o entendimento sobre esses grupos. “Dessa forma, a mesma fusão discursiva e a prática que condenam os ciganos à exclusão social tornam-se também a força motivadora de um essencialismo exacerbado que condena a diversidade de uma tradição cultural à unidade imposta” (Fazito, 2006, pp. 714-715). Os denominados *policy-makers* e seus agentes (policiais, assistentes sociais, professores etc.) acabaram por renegar povos tradicionais, como os ciganos, às representações exóticas e estigmatizadas que envolvem a manifestação de sua etnicidade, isto é, roupas coloridas, danças extraordinárias e outros costumes. A caracterização da “ciganidade” no discurso mitológico-científico do nomadismo é pontual, ora este se apresentando como uma instituição cultural (já que essa prática não pode ser dissociada da cultura cigana, pois seria o mesmo que descaracterizá-la) e ora em um atributo (uma representação coletiva elaborada pelos próprios ciganos com o objetivo de criar sua própria identidade).

2 Em geral, conforme relatado à AJUP, as crianças e jovens ciganos são levados por seus pais para acompanhá-los nas viagens, que nem sempre coincide com as férias letivas das escolas.



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

que fazem parte da comunidade cigana, e sim é vista com maus olhos³ e apenas mais uma tentativa dos ciganos (os outros, os não-civilizados) sobrepujarem os não-ciganos (nós, os verdadeiros cidadãos).

Michel Foucault, partindo do projeto nietzscheano de transvaloração dos valores vigentes, atribuiu à história como uma personagem essencial para o (re)pensar de conceitos como poder, verdade e discurso. Ele identifica entre as diversas práticas de discriminação de saberes e modalidades de poder um solo comum, este essencialmente articulado com aqueles. Diante do que foi exposto, considera-se importante expor o pensamento do filósofo sobre a escola. Entende-se o espectro político muito mais cinza que preto ou branco. Refletir as nuances do processo de escolarização é imprescindível para se propor a compreender a consequência de se desprezar populações minoritárias do acesso à essa instituição. De forma semelhante, é imperativo pautar essas considerações se aqui é buscado alternativas que proporcionem reconhecimento e inclusão de maneira crítica, transversal e ampla.

Parte-se, portanto, do pressuposto que a constituição das instituições disciplinares advém de uma trajetória que compreende a passagem do século XVIII para o século XIX, pois é neste lapso temporal que as instituições passam a exercer um controle rigoroso sobre os corpos dos sujeitos com o intuito de produzir corpos dóceis, submissos e exercitados (Foucault, 1992/1999). O ser observado e analisado continuamente caracteriza um meio de controle, a emergência de um novo tipo de poder sobre os corpos.

A prática do ensino passa a ser constituída por um processo eterno de vigilância. A força física passa a ser colocada em segundo plano e novas maneiras de obrigar certas condutas passam a ser adotadas. Afinal, não é necessário levantar o punho contra o aluno que sabe estar sendo avaliado e vigiado a todo instante, pois os corpos são disciplinados a temerem as consequências dos desvios e a buscar incessantemente as recompensas garantidas àqueles que se sujeitam às normas impostas pelo sistema escolar.

Consequentemente, a escola se transforma num observatório político, uma estrutura que através dos seus agentes (gestor, professor, psicólogo, psicopedagogo e os próprios alunos) controla

³ “Um verdadeiro privilégio”, como afirmou mais de um dos servidores.



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

a população escolar, formando indivíduos dispostos a assumir papéis sociais que se enquadrem em suas condições de existência ao mesmo tempo em que distingue os saberes válidos e corretos dos inválidos e incorretos. A escola não exclui os indivíduos, mas os inclui e fixa em um aparato de transferência de poder, sob táticas disciplinares de uma sociedade biopolitizada (Foucault, 1992/1999). São táticas que atingem os indivíduos no seio de sua individualidade – seus corpos – e atuam como ferramentas de inclusão e exclusão social, fundamentando em larga escala o binômio normal/anormal. A escola surge, nesse cenário, como a maior instituição de vigilância e sequestro na modernidade. E aqueles renegados desse sistema, são renegados simultaneamente de diversos espaços.

A escola, como idealizada na modernidade, é um exemplo pontual do tentame de extinguir o potencial radical que ela dispõe. Na contemporaneidade, a tentativa de domá-la sempre adquire o molde de ligar a “matéria” com o conhecimento, significado e valores na ordem social existente. A juventude perde seu caráter de renovação para se tornarem atores da renovação imaginada pelas instituições, uma vez que a nova geração não é mais capaz de experimentar a si mesma como nova geração em relação a algo que já foi mastigado e posto.

Hannah Arendt (1961/1972, p. 243) afirma criticamente que o núcleo desse sistema advém da “esperança [que] está pendente sempre [e apenas] do novo que cada geração aporta”, ou seja, atribui-se um falso papel de protagonismo aos jovens que devem revolucionar dentro da matriz da geração anterior. A recusa arendtiana da instrumentalização pedagógica tem um sentido político. A filósofa alega – e com toda razão – que a transformação da educação num instrumento de política acaba por revelar a fragilidade da política contemporânea, tal como uma pessoa em situação hospitalar que necessita de aparelhos para conseguir respirar. Pode-se supor que a autora teme que ao se considerar a educação escolarizada como uma ferramenta de transformação do futuro, cria-se o risco de transformar a política num mero apetrecho de governabilidade.

Cientes da conjuntura em que os ciganos estavam inseridos, os membros da AJUP Hangrén – em parceria com a ASCOCIC – realizaram no dia 20 de outubro de 2017 um encontro com estudantes do ensino médio da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Dr. Trajano Pires da Nóbrega. A proposta foi explanar para os que ali estavam um pouco da história cigana estadual e



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

nacional e questioná-los sobre diversas situações de vivências particulares dos ciganos. Para isso, contaram com a fala de duas lideranças da comunidade cigana de Condado-PB, uma representante da Pastoral dos Nômades e a intervenção oral de três membros da AJUP (incluídos os que aqui escrevem o presente trabalho).

Expostas as considerações por parte do professor orientador da AJUP, a palavra foi dada para as lideranças ciganas, em que estas relataram microviolências que fazem parte de seu cotidiano, seja na forma de tratamento, num olhar diferenciado ou na proibição de frequentar lugares públicos para exercer a sua atividade remunerada tradicional (quiromancia, cartomancia etc.). O racismo estrutural se apresenta de uma forma velada e naturalizada. Logo após o relato em questão, uma das professoras presentes no local logo pediu a palavra para ressaltar que o acontecido foi um infeliz acaso, mas algo apartado. Que esse não é o comportamento padrão das pessoas.

Como um dispositivo teórico-político, o fascismo se liquefaz e torna-se molecular, instaurando uma máquina de guerra na subjetividade do indivíduo, articulando o que se popularmente compreende como fascismo com as sensibilidades microfascistas (Deleuze & Guattari, 1972/2010). Tais relações de poder compõe os discursos e deslegitimam o oprimido quando sua voz contraria o entendimento hegemônico, aquilo que já foi previamente naturalizado.

Ao ser contestada indiretamente com situações que – talvez – reproduz sem compreender, a professora sentiu-se violentada – numa significação branda da palavra –, pois as estruturas que compõe seu entendimento foram desafiadas.

Continuada a exposição, tentou-se elencar diferentes tipos de opressões de forma conjunta. As expositoras ali presentes não apenas sofriam do “pesar” de serem pertencentes à uma etnia não reconhecida como portadora de brasilidade, mas o “ser mulher” e a condição social são intrínsecos à sua condição enquanto mulher cigana proletarizada. Ambas as lutas estão arraigadas uma à outra. Acabamos por engendrar marginalizações a partir do momento em que estudiosos e lideranças políticas afirmam que movimentos identitários contribuíram para deslocar o foco da luta anticapitalista, pois as valorações e manifestações concretas econômico-culturais que atingem os grupos minoritários se conjugam. Não é de se surpreender que Foucault (1992/1999) busque o



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

poder à parte das estruturas estatais, pois este se encontra em cada relação de forças que permeiam a (re)construção do tecido social.

O cigano, enquanto corpo identitário e social, transita em diversos espaços como forma de aceitação. Da mesma forma, o corpo simbolicamente feminino percorre outros espaços – e em certos aspectos, os mesmos – para dissociar-se de papéis estabelecidos nas relações de poder e subalternidades que se estabelecem nesse contexto de hierarquias impostas e hierarquias supostas. E “uma das consequências importantes desse fato diz respeito às percepções identitárias na contemporaneidade. Antes restritas às lógicas binárias e fixas da modernidade, as identidades atuais estariam cada vez mais fluídas e transitórias” (Mota, 2015, p. 40). Destarte, a busca por reconhecimento se torna mais estratégica do que essencialista. O que não resulta, todavia, num esvaziamento ou total abandono dos discursos identitários tradicionais, mas numa ressignificação dos mesmos. Como explanado por Fazito (2006) e Bhabba (1994/1998), a ideia de um “cigano puro” numa sociedade globalizada e de capitalismo tardio não passa de mera fetichização. Eles não deixam de reforçar seus costumes culturais dentro das comunidades, mas não se eximem de absorver elementos de uma cultura que não seria originalmente sua.

VI. Considerações Finais

A institucionalização de valores e necessidades não-materiais – pelo Estado, pela Igreja, pelo exército, pelos meios de comunicação, pelas indústrias, pelo mercado financeiro e, em detrimento destes, pela Escola – leva à poluição psicossocial dos indivíduos e, por conseguinte, à sujeição de estruturas que privilegiam exclusivamente uma lógica de mercado, de tal forma que a práxis da instituição é formar não cidadãos, mas operários. Todavia, a população cigana se encontra excluída desse processo de aculturação financeira, sua existência é negada e suas demandas são invisibilizadas.

O conhecimento, enquanto algo plural e não-discriminatório, deve consistir não mais apenas na manipulação da natureza e das forças físicas que aqui se apresentam ou à redução dos acontecimentos de ordem social à mera lógica estatística, mas como um norte de emancipação das



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

amarras que envolvem os pré-conceitos que servem de base para a exclusão dos grupos minoritários e uma ferramenta de libertação do homem daquilo pretendem as Instituições.

Atualmente, poucos seriam os estudiosos que poderiam afirmar que os processos educacionais não estão intrinsicamente ligados com os processos sociais de produção financeira. Uma reforma significativa da mentalidade que percorre o imaginário social sobre quem são os ciganos não pode acontecer sem uma plena dissociação da ideia de um escalonamento contemporâneo de classes. A sociedade pautada, formalmente, em valores liberais e democratas flexibiliza os componentes dentro de suas instituições de tempos em tempos, todavia, não é o suficiente para desviar as desigualdades imperadas pelas forças do capital e desaparecer o senso estético fundado na intolerância que as acompanham.

Reduzir uma mudança do pensamento hegemônico às meras margens corretivas resulta no abandono completo do entendimento da educação não como um direito fundamental emancipatório reafirmado pela nossa Constituição Federal e por uma amplitude de tratados internacionais, mas como uma mera prestação de serviço a fim de atender as demandas de setores da sociedade de mercado. Por isso, qualquer tentativa de realizar uma reforma sistêmica dentro das próprias estruturas hegemônicas é uma contradição estratosférica. Demandar o cumprimento de textos jurídico-técnicos como a Resolução nº 3/2012 é uma maneira de tornar mais suportável a convivência entre ciganos e não-ciganos, reduzindo o racismo e o etnocentrismo através da sociabilização entre diferentes setores identitários. Todavia, a reforma plena do pensamento só será adquirida com alterações de matriz sistêmica. É imperativo o rompimento com a lógica do capital para a criação de uma Educação substancialmente inclusiva e transformadora.



XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

VII. Bibliografía

- Arendt, H. (1972). A crise na educação. In H. Arendt, *Entre o passado e o futuro* (pp. 221-247). São Paulo: Perspectiva. (Obra original publicada em 1961).
- Bhabba, H. K. (1998). *O local da cultura* (M. Ávila, E. L. L. Reis, & G. R. Gonçalves, Trad.). Belo Horizonte: UFMG. (Obra original publicada em 1994).
- Deleuze, G., & Guattari, F. (2010). *O anti-Édipo: Capitalismo e esquizofrenia 1*. São Paulo: 34. (Obra original publicada em 1972).
- Fazito, D. (2006). A identidade cigana e o efeito de "nomeação": deslocamento das representações numa teia de discursos mitológico-científicos e práticas sociais. *Revista de Antropologia*, 49(2), 689-729. <https://dx.doi.org/10.1590/S0034-77012006000200007>
- Foucault, M. (1999). *Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)* (M. E. Galvão, Trad.). São Paulo: Martins Fontes. (Obra original publicada em 1992).
- Goldfarb, M. P. L. (2013). *Memória e etnicidade entre os ciganos calon em Sousa-PB*. João Pessoa: UFPB.
- Melo, E. S. S. (2015). *Ciganos, novas tecnologias, redes de sociabilidade e identidade* (Tese de doutorado). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, PE, Brasil. Recuperado de <http://goo.gl/zatLd4>
- Mészáros, I. (2012). *A educação para além do capital* (I. Tavares, Trad.; 2ª ed. rev.). São Paulo: Boitempo. (Obra original publicada em 1995).
- Mota, M. L. R. (2015). *(Re) conhecer a cultura cigana: Uma proposta de inclusão ao currículo escolar em Trindade-GO* (Dissertação de mestrado). Universidade Federal de Goiás, Goiânia, GO, Brasil. Recuperado de <https://goo.gl/SM1uSM>
- Nascimento, C. L. D. (2015, julho). Memória e identidade: Notas sobre a narrativa de um chefe cigano em Patos-PB. *Reunião Equatorial de Antropologia*, Maceió, AL, Brasil, 5. Recuperado de goo.gl/QH3VMQ
- Silva, P. C. S., & Guimarães, L. M. M. (2016, novembro). Questão cigana e direitos humanos no Brasil. *Encontro de Grupos de Estudos e Pesquisas Marxistas*, João Pessoa, PB, Brasil, 8. Recuperado de <https://goo.gl/DFq8HL>



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio